

Justiça manda a Júri policiais denunciados há 23 anos

Dois policiais militares de São Paulo que participaram do massacre do Carandiru em 1992 vão a julgamento pelo Tribunal do Júri acusados de um outro massacre, no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, ocorrido há 23 anos.

Wanderley Mascarenhas de Souza e Luciano Wukschitz Bonani, junto com outros 14 policiais militares foram pronunciados por homicídio simples, porque, de acordo com a denúncia, no dia 9 de janeiro de 1983, durante uma rebelião de internos com tentativa de fuga, invadiram o Manicômio Judiciário do estado e metralharam seis presos e um funcionário. Insatisfeita com a sentença de pronúncia, a defesa ingressou com recurso no TJ paulista.

A decisão de mandar os policiais a Júri é da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo que, por votação unânime, negou o recurso interposto pelos réus que reclamavam absolvição sumária com base na tese da legítima defesa ou do estrito cumprimento do dever legal. A Câmara entendeu que os recursos não mereciam provimento. Votaram os desembargadores Cláudia Spagnuolo (relatora), Marcelo Gordo (revisor) e André Almeida (3º juiz).

A decisão só aconteceu por causa do mutirão de juízes que passou a julgar processos que estavam parados, aguardando distribuição. A turma entendeu que para a ocorrência da pronúncia basta a existência do crime e indícios suficientes de autoria. Ou seja, para que o juiz mande o réu a julgamento pelo Júri não é necessária prova incontroversa da existência do crime. Basta que ele se convença da materialidade do crime.

Em seu voto, a relatora se apoiou em depoimentos de duas testemunhas que presenciaram os fatos e nos laudos médicos que atestaram que as vítimas foram atingidas por mais de um disparo.

Uma das testemunhas informou que após a tentativa de negociação com os detentos, os policiais invadiram o prédio e efetuaram disparos com metralhadoras. A outra, mantida refém pelos presos, confirmou que os policiais entraram no local e efetuaram disparos de armas de fogo.

“Não ficou bem claro se eles (os PMs) reagiram a uma suposta agressão perpetrada pelas vítimas, quase todos detentos do manicômio judiciário, pois suas palavras, contrapondo-se aos depoimentos das testemunhas presenciais e à conclusão da perícia médico-legal, não constituem base válida para a absolvição sumária”, afirmou a relatora.

Para ela, a sentença de pronúncia, como decisão sobre a admissibilidade da acusação, constitui juízo fundado de suspeita, não juízo de certeza que se exige para a condenação. “Embora possa ser verossímil a tese da legítima defesa ou do estrito cumprimento do dever legal, o momento não é próprio para a prolação de uma decisão de absolvição sumária”, completou a relatora.

Nomes

Na época, a ação policial provocou indignação da sociedade civil. Para investigar esses crimes, o

advogado Fernando Millan criou um grupo que viria depois a se transformar na Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

Wanderley Mascarenhas de Souza e Luciano Wukschitz Bonani, que participaram do episódio em Franco da Rocha em 1983, estavam presentes em outro massacre que causou comoção social. Eles integraram a tropa que invadiu a Casa de Detenção, em outubro de 1992. O episódio, que ficou conhecido como o massacre do Carandiru, provocou a morte de 111 presos. Ambos continuam na ativa. Mascarenhas chegou à patente de tenente-coronel e é hoje comandante do 26º Batalhão da PM com sede em Franco da Rocha.

São acusados os militares Wanderley Mascarenhas de Souza, Augusto Fernando da Silva, José Coysado Gimenez, Francisco Manoel da Silveira, José Carlos da Silva, Walter Santos Freire, Horishi Takahashi, Luciano Wukschitz Bonani, José Roberto de Jesus, Jonas de Almeida, Luiz Celestino da Luz, João Cláudio Moreira, Luiz Geraldo Silva, José Carlos Saes, Wanderley Correa Pinto, Antonio Fernando da Silva e Mauro Felix da Silva.

Foram mortos em Franco da Rocha os internos Jair Antonio Beraldes, Mario Ferreira Martins Costa, Mauro dos Santos Venâncio, Mario Antonio dos Santos, Roberto Luiz Ferreira, Levi Ferreira e Orivaldo Garico.

Date Created

02/03/2006